

## O processo de patrimonialização e a cibercultura: mobilização no ciberespaço através de grupos na rede social Facebook

*The cultural heritage process and the cyberculture: cyber-mobilization via groups on the social network Facebook*

*El proceso de patrimonialización y la cibercultura: la movilización en el ciberespacio a través de grupos en la red social Facebook*

Renata Ovenhausen Albernaz<sup>1</sup>

(renata\_albernaz@gmail.com)

Marina Gowert dos Reis<sup>2</sup>

(marinagowertdosreis@gmail.com)

<http://dx.doi.org/10.5216/cei.v17i1.27994>

### Resumo

O presente artigo busca observar as questões em torno da institucionalização do patrimônio cultural em um contexto de pós-modernidade, com ênfase no fenômeno da cibercultura. Toma-se por base as colocações de Llorenç Prats acerca dos agentes que podem vir a institucionalizar o patrimônio cultural, considerando tal categoria como um poder político. Observa-se que a partir do advento do ciberespaço os indivíduos obtêm diferentes possibilidades de organização e mobilização para reivindicar seus direitos de preservação patrimonial. Essa situação de “tomada de poder” pode ser observada em grupos organizados na rede social Facebook, onde a comunidade tem a possibilidade de juntar-se em torno de causas patrimoniais, construindo ações que podem efetivar a preservação, o que inclui novas questões na enumeração de Prats.

**Palavras-chave:** Preservação patrimonial. Cibercultura. Mobilização no ciberespaço. Rede social Facebook.

### Abstract

This article is constructed to observe questions around the institutionalization of cultural heritage in a time of post-modernity, with emphasis on the cyberculture phenomenon. The research takes as basis the ideas of Llorenç Prats about the agents that have the power to institutionalize the cultural heritage, taking this category as a political power. It is possible to see that since the advent of the cyberspace, people have got different possibilities to organize and mobilize their demands of cultural heritage preservation. This situations, when a group of the take the power to themselves, can be observed at groups at the social network Facebook, a digital place where the community can get organized among cultural heritage demands, to build actions that have the possibility of actualize the preservation, scenario that brings new issues to the ideas of Prats.

**Keywords:** Cultural heritage preservation. Cyberculture. Mobilization at the cyberspace. Social network Facebook.

### Resumen

El presente artículo trata de observar las cuestiones en torno a la institucionalización del patrimonio cultural en un contexto de posmodernidad, con énfasis en el fenómeno de la cibercultura. Se toma por base las ideas de Llorenç Prats acerca de los agentes que pueden venir a institucionalizar el patrimonio cultural, considerando tal categoría como un poder político. Se observa que a partir de la llegada del ciberespacio los individuos obtienen diferentes posibilidades de organización y movilización para reivindicar sus derechos de

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Adjunta do Programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) e da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas.

preservação patrimonial. Esa situación de "Toma de poder" puede ser observada en grupos organizados en la red social Facebook, donde la comunidad tiene la posibilidad de juntarse en torno de causas patrimoniales, construyendo acciones que pueden hacer efectivas la preservación, lo que incluye las nuevas cuestiones en la enumeración que hace Prats.

**Palabras clave:** Preservación patrimonial. Cibercultura. Movilización en el ciberespacio. Red social Facebook.

## INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural se configura, quando se observa a evolução histórica do conceito, como uma construção política. Assim, deve ser mostrado às comunidades (PRATS, 1998), configurando uma imposição ao povo e, por vezes, não se caracterizando como uma representação do mesmo, como constituinte de sua memória, identidade, história e tradição. A própria identificação dos bens que adentram a categoria do patrimônio cultural não tem sido feita, necessariamente, pelas comunidades a que tais bens advêm, mas sim pelos órgãos técnicos de governo.

Observa-se, em um contexto de cibercultura, onde a vida social é permeada pela tecnologia (LE MOS, 2002; LÉVY, 2007), que as comunidades estão se mobilizando na internet em torno de causas patrimoniais, adentrando as discussões, fazendo com que a institucionalização de bens de memória e identidade não fiquem mais restritas ao poder organizado. Essas afirmações se confirmam, em especial, na observação de grupos que se organizam na rede social Facebook<sup>3</sup> buscando-a como espaço de discussão pela defesa do patrimônio cultural. Ainda, pode-se situar essas práticas e fenômenos dentro do conceito de pós-modernidade, a modernidade líquida, caracterizada pela fluidez e maneira passageira pelas quais se dão as relações humanas na contemporaneidade (BAUMAN, 2001).

A mobilização no ciberespaço pode gerar uma ação efetiva, notando-se a relevância da convergência do grupo virtual com órgãos que possibilitam o diálogo entre a comunidade e o poder instituído. Essas características figuram no caso do tombamento do Centro Histórico da cidade de Santo Ângelo – RS, que teve processo iniciado através de um abaixo-assinado digital organizado a partir do grupo de discussão Defenda Santo Ângelo! Quero nossa história viva!<sup>4</sup>, localizado no

---

<sup>3</sup> <http://www.facebook.com/>

<sup>4</sup> Grupo na rede social Facebook, com necessidade de convite para acesso. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/211236288937044/>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.

Facebook. O documento<sup>5</sup>, que está alocado no website Petição Pública<sup>6</sup>, alcançou 238 assinaturas, e foi instrumento utilizado para iniciar o processo administrativo aberto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, IPHAE - RS. Essa solicitação partiu da sociedade civil organizada, na figura do grupo de discussão e agentes representativos da comunidade, apoiada pela Oscip Defender, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Defesa Civil do Patrimônio Cultural.

Buscando entender os fenômenos que surgem da relação entre a preservação patrimonial e as relações sociais em um contexto de cibercultura, faz-se aqui um apanhado teórico que compreende a categoria do patrimônio cultural, identificando em Prats os agentes que tem poder para institucionalizá-lo; a cibercultura como um fenômeno da pós-modernidade; a mobilização no ciberespaço como potencializadora e resignificante de causas compartilhadas por indivíduos e, ainda, observando casos onde esse panorama se instaura. Nesse cenário, esse artigo objetiva visualizar o panorama dos agentes patrimoniais colocada por Prats (1998) em um contexto de cibercultura, tendo como objeto a observação de grupos mobilizados na rede social Facebook em defesa do patrimônio cultural, destacando o processo de patrimonialização do Centro Histórico de Santo Ângelo – RS.

## 1 LLORENÇ PRATS E A CATEGORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Llorenç Prats (1998), acadêmico da área de Antropologia, com estudos direcionados à questões patrimoniais, fala dos conceitos em torno da categoria patrimonial. No texto *El Concepto de Patrimonio Cultural* (1998), coloca o patrimônio cultural como uma construção social e política, “entendido como tudo aquilo que, socialmente, considera-se digno de conservação, independentemente de seu interesse utilitário<sup>7</sup>” (PRATS, 1998, p. 63). Ainda, considera que o patrimônio cultural consiste em um dos possíveis processos de representação e legitimação de ideologias e identidades.

Assim, o autor ainda coloca o patrimônio cultural como um conceito relacionado, em especial, ao romantismo, esse que impulsionou os nacionalismos, os panacionalismos e os colonialismos (PRATS, 1998), com a ideia, especialmente no nacionalismo, de “converter a

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N24905>. Acesso em: 01 de Agosto de 2013.

<sup>6</sup> <http://www.peticaopublica.com.br/>

<sup>7</sup> Tradução da autora. Texto original: “entendido como todo aquello que socialmente se considera digno de conservación independentemente de su interés utilitario” (PRATS, 1998, p. 63).

empresa capitalista em uma missão histórica e amortecer os conflitos sociais”<sup>8</sup> (PRATS, 1998, p. 67). Segundo Prats, “essas construções políticas necessitam ser formalizadas, explicadas, representadas e legitimadas, e, se querem garantir sua eficácia, devem penetrar profundamente no tecido social”<sup>9</sup> (PRATS, 1998, p. 68). O patrimônio cultural é colocado a partir da ideia nacionalista de representação das identidades presentes na sociedade, como forma de governar a mesma, sendo uma construção e invenção política que deve ser explicada à sociedade. Observando o panorama da estruturação do conceito contemporâneo de patrimônio cultural compreende-se, ainda, que esse é oriundo de uma concepção moderna da sociedade.

Nessa perspectiva, Prats define, ainda, os agentes que têm poder de institucionalizar bens patrimoniais, ou seja, que têm possibilidade de dizer que algo é ou não é digno de preservação por ser relevante à identidade de uma comunidade. Assim, coloca que esse poder está, em primeira instância, nos poderes constituídos, ou seja, os governos; existindo ainda a possibilidade de mobilização através do poder político informal, na figura da oposição política; e pontua a presença da sociedade civil, dos agentes sociais diversos, quando contam com algum suporte do poder constituído (PRATS, 1998). A partir do panorama exposto conclui-se que os indivíduos, as comunidades, estão em uma situação de impossibilidade de definir o que deve, ou não, ser preservado, uma vez que não possuem o poder presente nas instâncias governamentais, sendo assim, em algumas instâncias, manipulado por esse discurso.

Assim, a questão patrimonial é colocada a partir de pares que se complementam: invenção e construção social, comunidade científica e consenso social. Ainda assim, Prats (2005) apresenta uma visão do patrimônio a partir de uma dinâmica cultural que o torna um instrumento social à serviço das comunidades. E por mais que considere os bens materiais como referenciais do tempo passado, atenta-se às pessoas, aos saberes, ao conhecimento que o patrimônio traz, como forma de transformar o patrimônio em poder, seja econômico, seja identitário (PRATS, 2005). Esse pensamento parte da visão do patrimônio como forma de valorização e empoderamento das comunidades, ainda que relacionado à todas instâncias de poder descritas anteriormente.

## 2 CIBERCULTURA COMO UM FENÔMENO DA PÓS-MODERNIDADE

---

<sup>8</sup> Tradução da autora. Texto original: “convertir la empresa capitalista en una misión histórica y amortiguar los conflictos sociales” (PRATS, 1998, p. 67).

<sup>9</sup> Tradução da autora. Texto original: “essas construcciones políticas necesitan ser formalizadas, explicadas, representadas y legitimadas ideologicamente, y, si se quiere garantir su eficacia, deben penetrar profundamente en el tejido social” (PRATS, 1998, p. 68).

A partir das questões colocadas por Prats (1998) sobre as conjecturas nas quais o conceito de patrimônio cultural é estruturado, é possível relacionar a categoria patrimonial ao momento sócio-político que atualmente entende-se por “modernidade”. Além disso, relembra-se o panorama traçado por Françoise Choay em *A Alegoria do Patrimônio* (2001), que coloca o vínculo da categoria patrimonial com os conceitos e ações desenvolvidas na Revolução Francesa, que pode ser considerado como um dos marcos históricos do período moderno, junto à Revolução Industrial.

A modernidade versa sobre o período iniciado no século XVIII, com conceitos construídos entorno da Revolução Industrial, do capital, na reforma dos valores e costumes sociais e, em especial, no crescimento e modernização das cidades. Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, teórico da pós-modernidade, compreende esse período como um momento de estabilidade e condensação nas relações humanas, profissionais e identitárias, chamando esse de modernidade sólida (BAUMAN, 2001).

Em oposição à esse momento, tem-se hoje o conceito de pós-modernidade, a modernidade líquida, caracterizada pela fluidez e maneira passageira pelas quais se dão as relações humanas na contemporaneidade (BAUMAN, 2001). Esse período é identificado a partir das ideias que caracterizaram o século XX e que culminam nas práticas de pensamentos atuais, sendo possível traçar um desenvolvimento a partir da queda do Muro de Berlim. Observa-se que um dos princípios da pós-modernidade seria a desvalorização dos conceitos ideológicos, contrário ao que percebe-se na era moderna. Esse pensamento faz compreender, de certa maneira, o sentido que o patrimônio cultural tinha no período passado, tanto para as comunidades como para o poder político, como disposto por Prats (1998). Assim, em um momento onde é possível observar identidades marcadas o patrimônio cultural é ativado para representar tais identidades e ideologias.

No entanto, como entende-se essa categoria em um período de crise de ideologias, com identidades plurais e fragmentadas? Para essa pergunta não se tem respostas únicas ou pontuais, mas é possível observar essa questão a partir de diversos caminhos teóricos, sendo que aqui é seguida uma perspectiva do contexto comunicacional pós-moderno, observando as conjecturas entre as potencialidades do ciberespaço e os agentes que têm poder de institucionalizar o patrimônio. A fim de articular essas questões, discorre-se aqui sobre os temas da cibercultura, do ciberespaço, e como eles se articulam no momento pós-moderno.

Na sociedade contemporânea, a comunicação é mediada e organizada a partir da ideia de cibercultura, sendo esse um fenômeno da pós-modernidade, que influencia a vida e as relações entre

indivíduos. A cibercultura é, buscando um conceito geral, o processo sociocultural de integração da vida com a tecnologia (LEMOS, 2002). É um conceito que parte de uma modificação do significado de informática, saindo de um panorama onde o homem se colocava contra a máquina, pois essa era desenvolvida para oprimi-lo e substituí-lo, chegando a um processo de convergência com a tecnologia, quando a capacidade da máquina é colocada à serviço do homem (CASTELL, 2007). É um processo que compreende aparelhos como computadores, celulares e televisão digital, que estão interconectados através da rede mundial, a internet. Ainda pontua-se os usos que surgem dessa rede mundial, como correspondência eletrônica, websites e as redes sociais na internet. Compreende-se o tempo da cibercultura como o tempo da conexão e da difusão de informações (LÉVY, 2007).

Pierre Lévy, filósofo da comunicação, ainda define que a cibercultura refere-se ao “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2007, p. 17). O ciberespaço surge como o novo meio de comunicação que emerge da interconexão mundial dos computadores, a rede, a internet, falando não somente da infraestrutura material necessária para o seu funcionamento, mas também do universo de informações que abriga, e dos seres humanos que alimentam e usufruem desse espaço (LÉVY, 2007).

A cibercultura e o ciberespaço, como meio de comunicação, caracterizam as maneiras de viver da atualidade. Lévy observa o movimento social que surge dessas possibilidades tecnológicas, que tem seu grupo líder na juventude metropolitana escolarizada, com as seguintes palavras de ordem: interconexão, criação de comunidades virtuais e inteligência coletiva (LÉVY, 2007). Interconexão seria o princípio básico do ciberespaço, uma vez que “o horizonte técnico do movimento da cibercultura é a comunicação universal” (LÉVY, 2007, p. 127). O princípio das comunidades virtuais apoia-se na ideia de interconexão, sendo que “uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (LÉVY, 2007, p. 127). A inteligência coletiva, segundo Lévy, vem do ideal do coletivo inteligente, sendo que os indivíduos tornam-se mais fortes a partir da união, fazendo do ciberespaço, possivelmente, somente a técnica indispensável para alcançar tal objetivo. Assim, a inteligência coletiva seria a perspectiva espiritual da cibercultura, uma vez que fala, de maneira geral, do conhecimento participativo construído em conjunto, tendo a internet como meio.

Observa-se a partir desse panorama comunicacional disposto, uma reconfiguração dos

espaços conhecidos, das relações entre as pessoas e das estruturas de poder (RECUERO, 2009). Essa reconfiguração pode ser observada também no contexto do patrimônio cultural, uma vez que os indivíduos buscam novas formas de preservar o que representa a memória de sua comunidade. Pode-se identificar essas novas formas na conscientização da população e na busca de diálogo com o poder constituído, a fim de ativar políticas públicas de preservação. Nesse artigo observa-se, em especial, a mobilização de agentes patrimoniais nas redes sociais na internet, tendo esse como espaço de conscientização e discussão, para posteriormente buscar maneiras de, junto ao governo, preservar o patrimônio.

### 3 OS INDIVÍDUOS CONECTADOS E AS REDES SOCIAIS

Na atualidade observa-se que a mobilização de indivíduos em torno de causas tem a internet como um facilitador. As pessoas já tem o hábito de utilizar essas ferramentas para diversos fins, buscando essas por possibilitarem a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Esses princípios potencializam as mobilizações, fazendo com que os indivíduos alcancem visibilidade perante as estruturas de poder.

Observa-se, em especial, como a interconexão potencializa as mobilizações que fazem uso da rede mundial. Em mobilizações, a internet é usada para que indivíduos possam se reunir e discutir interesses compartilhados, gerando, em alguns casos, ações em um contexto *offline*. Esses indivíduos não necessitam estar no mesmo espaço geográfico, ou estarem disponíveis ao mesmo tempo e ainda assim podem juntar esforços em torno de uma causas. A partir dessa concepção percebe-se o quão relevantes são os websites de redes sociais para a mobilização de pessoas, no período da cibercultura.

Os websites de redes sociais são ferramentas alocadas no ciberespaço que possibilitam, caracterizando-as de maneira reduzida, a interconexão entre usuários conectados. Observa-se a definição de Boyd & Ellison (2007), teóricas da comunicação e informática, com estudos sobre as redes sociais:

Definimos websites de redes sociais como serviços estabelecidos na rede mundial que permitem que indivíduos (1) construam um perfil público ou semi-público dentro das fronteiras do sistema, (2) articular uma lista de usuários com os quais eles compartilham uma conexão, e (3) ver e percorrer a sua lista de conexões e aquelas feitas por outros incluídos no sistema.<sup>10</sup> (BOYD & ELLISON, 2007, p. 2)

<sup>10</sup> Tradução da autora. Texto original: We define social network sites as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system. The nature and nomenclature of these

As redes sociais na internet constituem-se como metáfora dos padrões de conexão dos grupos sociais, sendo um espaço virtual de comunicação entre usuários, onde é possível estabelecer diálogo entre indivíduos próximos ou distantes (RECUERO, 2009). Desde seu surgimento, os websites de redes sociais alcançam alta penetração na população conectada à rede mundial, e seus usuários normalmente integram o uso desses serviços à vida cotidiana (BOYD & ELLISON, 2007). Assim, os indivíduos convergem sua vida “real” com o que ocorre no ambiente virtual, levando seus interesses, relações, questões e ideias para as redes sociais, incluindo, nesse panorama, as questões patrimoniais. Em contrapartida, observa-se que os indivíduos abastecem e modificam seu imaginário a partir do que percebem e experimentam nesses espaços.

Ainda pontua-se que “a grande diferença entre sites de redes sociais e outras formas de comunicação mediada pelo computador é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais” (RECUERO, 2009, p. 102), mantendo laços sociais que podem ter-se estabelecido em uma rede *off-line*. É possível enumerar categorias de redes sociais na internet, dentre essas os *fotologs*, *weblogs*, ferramentas de mensagens curtas, como Twitter<sup>11</sup> e Plurk<sup>12</sup>, além de sistemas como Orkut<sup>13</sup> e Facebook (RECUERO, 2009).

Atualmente, observa-se que uma das redes sociais com maior adesão do público conectado e com maior fluxo de informações é o Facebook. É possível destaca-la como um espaço digital democrático, de fácil navegação e acesso livre. Segundo o Social Bakers<sup>14</sup>, o Brasil é o segundo país na contagem de usuários conectados ao Facebook, alcançando o número de 58.404.860 usuários<sup>15</sup>. Tem 37,7% de índice de penetração na população do país e 76,91% na população online. Dentre suas ferramentas está a criação de perfil pessoal, envio de mensagens particulares entre usuários, criação de páginas e grupos para os mais diversos fins.

Esse artigo observa a ferramenta de criação de grupos de discussão, que está presente no Facebook. Além de funcionar como espaço de fácil acesso e navegação para difusão de informações entre pessoas que compartilham determinados interesses, observa-se o uso que os usuários conectados fazem dos grupos como um espaço de mobilização. Destaca-se aqui os casos da

---

connections may vary from site to site. (BOYD & ELLISON, 2007, p. 2)

<sup>11</sup> <https://twitter.com/>

<sup>12</sup> <http://www.plurk.com/>

<sup>13</sup> <http://www.orkut.com.br/>

<sup>14</sup> O Social Bakers é uma empresa que oferece ferramentas de monitoramento de dados para análise de redes sociais. Website: <http://www.socialbakers.com/>.

<sup>15</sup> Dados coletados em 3 de Outubro de 2012, em <http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/brazil>. O website não apresenta dados recentes por ter modificado sua estrutura de coleta de dados.

Primavera Árabe, 15M na Espanha, Occupy Wall Street, das revoltas de rua ocorridas no Brasil em junho de 2013, entre outros, onde o diálogo ocorrido no Facebook mobilizou a população para ir às ruas, mostrar reivindicações e lutar por seus direitos (MALINI & ANTOUN, 2013). Esses exemplos são a síntese da ideia do ciberespaço como um interconexão, criação de comunidades virtuais e inteligência coletiva (LÉVY, 2007). Essa colocação baseia-se no fato desses casos, além de apresentarem tais características no espaço digital, alcançaram uma mobilização significativa em um "plano real", levando pessoas às ruas.

#### **4 GRUPOS DIGITAIS MOBILIZADOS PARA A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL**

A partir de observação da rede social Facebook é possível observar uma profusão de ações patrimoniais que fazem uso de tal espaço. Diversos grupos são organizados a fim de discutir questões de preservação, tendo como foco a ativação de políticas públicas. Buscando traçar um panorama que justifique essa escolha do Facebook para esses fins, observa-se que, em primeiro lugar, essa é a rede social com maior adesão no Brasil, o que faz com que os usuários, à princípio, não tenham de criar um cadastro, somente agregando um novo uso, além do fato desses indivíduos já terem o conhecimento para utilização do sistema; e em segundo lugar, pelas características do próprio sistema, em especial a ferramenta de criação de grupos de discussão, de fácil utilização. Ainda pontua-se que no Facebook, os usuários têm a possibilidade de aumentar a difusão de informações, podendo fazer com que, por exemplo, um abaixo-assinado digital seja visto por mais pessoas. Isso pode ser feito com recursos como compartilhar postagens, curtir postagens, enviar mensagens para amigos, entre outros.

A fim de mostrar casos mobilização em torno do patrimônio cultural na rede social Facebook retoma-se o caso do centro histórico de Santo Ângelo, comentado anteriormente. A cidade de Santo Ângelo está localizada no estado do Rio Grande do Sul, era localidade integrante dos Sete Povos das Missões e é chamada de "Capital das Missões", por ser o maior município dessa região, com 76.304 habitantes segundo o censo de 2010<sup>16</sup>. A composição étnica de sua população tem grande influência dos movimentos de migração, uma vez que alemães, italianos, poloneses, árabes e judeus instalaram-se nessa região, ainda lembrando a existência precedente de indígenas localizados na região. Seu Centro Histórico compreende cerca de 40 edificações, com uma média 15 mil metros quadrados, caracterizadas pela influência dessas etnias formadoras da comunidade

---

<sup>16</sup> Dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.

local, sendo espaço de valor arqueológico, histórico e formador de memória e identidade.

O Centro Histórico, até então sob tutela privada, encontrava-se em vias de ser descaracterizado, uma vez que é área de especulação imobiliária, onde ocorre a destruição de edificações históricas a fim de fornecer espaço para construção de novos imóveis. O processo de preservação desse conjunto patrimonial, buscando ativação de políticas públicas, surge na mobilização da comunidade local, que organiza-se através do Facebook para buscar suas reivindicações.

O grupo de discussão Defenda Santo Ângelo! Quero nossa história viva!, que foi criado em 6 de setembro de 2011 por Darlan Marchi, com o intuito de continuar o diálogo patrimonial que era efervescente no município. Em maio de 2012 esse espaço virtual vira local de ação da comunidade, não somente do município, mas do estado do Rio Grande do Sul, que mobiliza-se na construção de um abaixo-assinado digital a fim de solicitar o tombamento do Centro Histórico. Esse documento é construído usando o website Petição Pública, mostrando, novamente, como o ciberespaço pode potencializar as ações da comunidade. O abaixo-assinado foi instrumento utilizado para iniciar o processo administrativo aberto pelo IPHAE - RS, solicitando o tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo. Essa solicitação parte da sociedade civil organizada através da Oscip Defender, culminando em julho de 2012, no tombamento da referida área.

A Oscip Defender, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Defesa Civil do Patrimônio Cultural, é definida, em seu website oficial<sup>17</sup>, como “uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, com atuação nas áreas da cultura, patrimônio histórico e artístico, turismo cultural e social, meio ambiente e cidadania, sem fins lucrativos, de duração indeterminada”<sup>18</sup>, sendo locada em Cachoeira do Sul – RS. A ação da Oscip Defender é decisiva para o caso de Santo Ângelo, uma vez que esse órgão que leva a solicitação da comunidade para as instâncias de poder. Lembra-se aqui que Prats (1998) coloca a sociedade civil como um dos agentes passíveis de institucionalizar o patrimônio, o que se configura nessa ação.

Pontua-se a presença de conflitos patrimoniais na cidade de Santo Ângelo. De um lado encontra-se a comunidade organizada, tendo como norteador os agentes patrimoniais, buscando a preservação de edificações que representam sua memória. Em oposição tem-se os proprietários dos imóveis do Centro Histórico, apoiados, em partes, pelo governo municipal, que sentem-se ameaçados pelas ações de preservação, com enfoque na política de tombamento. Através de notícias

<sup>17</sup> Disponível em: <http://defender.org.br/>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://defender.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.

de jornais<sup>19</sup> e websites informativos<sup>20</sup>, que tiveram repercussão nacional, é possível perceber essa dicotomia, entendendo as motivações de ambas as partes. A comunidade organizada busca a preservação, sem que haja a manifestação e a presença de interesses financeiros, políticos, entre outros que não a elevação dos bens patrimoniais. Os proprietários de edificações e terrenos no entorno buscam a especulação imobiliária, sendo que apresentam um raso entendimento do que acarreta o tombamento das edificações e dos benefícios que esse ato traria para a comunidade, o município e para a população ligada ao caso.

Esse caso aproxima-se de uma resolução, que resulta em preservação patrimonial quando o IPHAE – RS, em 16 de outubro de 2013<sup>21</sup>, publica, no Diário Oficial do Estado, a notificação do tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo – RS. Essa área compreende o quadrante central da cidade, onde localizava-se a Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio. São 116 imóveis particulares que podem ser tombados, somando à esses 28 que são propriedade de empresas e entidades, e 12 pertencentes ao poder público. Segundo a notificação, os proprietários possuem 30 dias para contestar o edital de tombamento, sendo que os pedidos serão analisados por uma equipe jurídica da Secretaria Estadual de Cultura. É a partir desses pedidos, comprovando o valor histórico das edificações, que essas podem ser incluídas no Livro do Tombo do IPHAE – RS.

Entretanto, a figura que é observada atualmente é diferente. O tombamento provisório não é mais vigente e o IPHAE – RS retira-se, ainda podendo retomar tal instituição, do processo de tombamento, uma vez que o poder legislativo do município organizou-se para construir uma legislação municipal de preservação patrimonial. Essa seria a situação ideal, o município cuidando do que o representa, uma vez que, à princípio, tais indivíduos tem conhecimento do que o Centro Histórico, e outros bens patrimoniais, significam para a comunidade santo-angelense. Todavia, observa-se que essa legislação elege um passado, no caso o passado jesuítico, como relevante, excluindo outras nuances da comunidade que ali se faz presente. Tais normas ainda não instituídas, estando em processo de aprovação pelo IPHAE – RS.

Ainda assim, o processo de patrimonialização do Centro Histórico de Santo Ângelo é exemplo de como a mobilização digital pode possibilitar o diálogo patrimonial entre a comunidade e o poder instituído. A discussão criada no grupo do Facebook gerou pensamento, conhecimento e

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/10/edital-reabre-debate-sobre-tombamento-de-predios-historicos-em-santo-angelo-4305063.html>. Acesso em: 19 de outubro de 2013.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://defender.org.br/2013/08/30/cruzes-pretas-em-frente-a-prefeitura-de-santo-angelo-rs-marca-proteto-de-proprietarios-de-predios-considerados-historicos/>. Acesso em: 16 de outubro de 2013.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://defender.org.br/2013/10/17/governo-do-estado-publica-notificacao-de-tombamento-do-centro-historico-de-santo-angelo-rs/>. Acesso em: 19 de outubro de 2013.

conscientização em torno do patrimônio cultural que, entretanto, poderia ficar restrita ao mundo digital. É com o apoio da Oscip Defender que o diálogo é efetivado, fornecendo subsídios para que o poder público visualizasse o potencial patrimonial daquelas edificações, em especial para aquela comunidade.

A partir da pesquisa de conteúdos patrimoniais na rede social Facebook é possível encontrar diversos grupos e páginas que buscam a preservação patrimonial em seus municípios. Um desses exemplos é observado em um grupo criado por interessados em preservar o patrimônio histórico da cidade de Arroio Grande – RS. Esse grupo<sup>22</sup> foi organizado, especialmente, pela comemoração, em 2013, dos 200 anos de um dos filhos ilustres da cidade, o Barão de Mauá. Ainda destaca-se que a mobilização contrapõe-se ao descaso do poder público com o prédio onde funcionou a primeira Câmara de Vereadores do município. A edificação do século 19, localizada no centro da cidade, encontra-se deteriorada, prestes a desabar. Em Arroio Grande, o diálogo da comunidade mobilizada com o poder público acontece de maneira direta, uma vez que a administração municipal acolheu as causas discutidas no espaço digital.

Ainda destaca-se a mobilização em torno da preservação do patrimônio cultural do Vale do Rio dos Sinos, que ao invés de estar organizada em um grupo de discussão, está alocada em um página<sup>23</sup>. A dinâmica de páginas no Facebook possibilita que os organizadores da mesma publiquem conteúdo e que os usuários interessados “curtam” a página, recebendo essas publicações em sua página inicial, podendo comentar e compartilhar tal conteúdo. A página reúne informações de preservação patrimonial dos municípios compreendidos no Vale do Rio dos Sinos, uma vez que compartilha abaixo-assinados digitais, como é o caso do abaixo-assinado pela preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Campo Bom (RS)<sup>24</sup>, noticia ações que estão sendo mobilizadas, como o grupo de preservação patrimonial na cidade de Novo Hamburgo – RS<sup>25</sup> e incentiva que o usuário da rede conheça a história dessas localidades.

Buscando exemplos que se distanciem da realidade do Rio Grande do Sul, observa-se as mobilizações em torno da preservação casa de campo utilizada como cenário para o filme de 1952 *Depois do Vendaval*, dirigido por John Ford, que se passa na Irlanda, país de origem do diretor.

<sup>22</sup> Informações consultadas no jornal Diário Popular, edição de 4 de agosto de 2013, p. 2 – 3. Na reportagem não consta o nome do grupo de discussão.

<sup>23</sup> <https://www.facebook.com/ValedoSinosPatrimonio>

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=653965011310337&set=a.356791724361002.82340.261989827174526&type=1&theater>. Acesso em: 23 de outubro de 2013.

<sup>25</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=656186841088154&set=a.356791724361002.82340.261989827174526&type=1&theater>. Acesso em: 23 de outubro de 2013.

Essa casa é conhecida como White o'morn, e pertenceu a uma família, a família Joyce, sendo construída antes de 1820. A White O'Morn Foundation organiza-se e pede ao Conselho do Condado de Galway a preservação dessa casa pela sua importância cultural e histórica, tanto por ser um local histórico verdadeiro, como pelo que representa estando inserida no filme Depois do Vendaval. Tal fundação faz uso do Facebook para difundir a história do local e suas ações mobilizadas, atraindo reconhecimento mundial. Essas ações estão presentes, em especial na página White O'Morn Foundation<sup>26</sup>, curtida por 26.331<sup>27</sup> usuários, e pelo grupo Save The Quiet Man Cottage<sup>28</sup>, com 7.402<sup>29</sup> membros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um período de pós-modernidade, atentando para as questões da cibercultura e da “invasão” do ciberespaço na vida cotidiana, observa-se a transformação dos paradigmas das relações sociais e da vida humana. As pessoas utilizam a internet para comunicação, informação, comprar, mobilizações sociais, entre outros fatores costumeiros.

Nesse panorama está englobada a preservação patrimonial, como é possível observar nos casos de grupos de discussão organizados na internet para tratar de tais questões que inquietam as comunidades. As redes sociais potencializam essas ações, uma vez que pessoas de diversas localidades, com diferentes envolvimento cívicos e sociais, que não disponibilizam do mesmo tempo para tais questões, podem reunir-se em torno de causas que lhes são importantes. Ainda, esse espaço pode vir a facilitar o diálogo com o poder público, para assim ativas políticas públicas de preservação, como observado no caso do tombamento do Cento Histórico de Santo Ângelo, ainda em processo de contestação por parte dos proprietários. Em Santo Ângelo, a partir de grupo no Facebook, foi organizado e difundido o abaixo-assinado digital em defesa do patrimônio cultural da cidade, que, em parceria com a Oscip Defender foi levado até o IPHAE – RS, iniciando, assim, o processo de tombamento. Pontua-se que esse processo é instituído por uma vontade e mobilização da comunidade, que teve a internet, com destaque ao Facebook, como espaço potencializador de ações.

Com base no uso do ciberespaço para tais mobilizações preservacionistas é possível observar as colocações de Prats (1998) a partir de uma nova visão comunicacional. O poder de

---

<sup>26</sup> <https://www.facebook.com/quietmancottage>

<sup>27</sup> Dados de 24 de outubro de 2013.

<sup>28</sup> <https://www.facebook.com/groups/139441216076635/>

<sup>29</sup> Dados de 24 de outubro de 2013.

ativar políticas públicas de preservação patrimonial ainda está, em primeira instância, com o poder político, formal ou informal, e, em última instância, nos agentes sociais aportados pelo poder constituído, como Prats (1998) pontua. Entretanto, observa-se que a comunidade, através do diálogo nas redes sociais, obtêm voz na discussão do que deve ser institucionalizado, assim protegendo os bens patrimoniais que representam sua memória.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Kahar Editor, 2001.
- BOYD, Danah; ELLISON, N. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer Mediated Communication**, Pensilvânia, v. 13, n. 1, p. 210-230. 2007.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.
- LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: editora 34, 2007.
- MALINI, Fábio & ANTOUN, Henrique. **A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
- PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, Madri, n. 27, p. 63-76. 1998.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17-35. 2005.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

**Recebido em:** 21/01/2014

**Aceito em:** 04/05/2014

**Publicado em:** 22/07/2014